

Alvo principal será o Governo

O Procon foi criado num momento oportuno. Era preciso fortalecer o Plano Cruzado e a fiscalização de preços, além de combater irregularidades de todos os tipos praticadas contra o consumidor brasileiro. Mas o Procon teria ido longe demais nas suas investidas contra o comércio, segundo a avaliação de alguns. Resultado: os comerciantes estão reagindo e querem mostrar, através do próprio inimigo Procon, que há também irregularidades nas empresas do Governo.

O assunto já começou a crescer dentro do Palácio do Buriti. Mesmo porque o comércio é um dos maiores contribuintes de ICM e o terceiro maior patrão — depois do GDF e do setor de prestações —

de Brasília. Basta lembrar que de março a junho desse ano, o setor gerou 1 mil 611 novos empregos, segundo dados da Secretaria do Trabalho. Além disso o comércio também sustenta muitos candidatos ligados à Aliança Democrática.

Diante disso, vem sendo estudada uma fórmula de acalmar a fúria do Procon contra os comerciantes, principalmente agora que restam poucas semanas para as eleições. O Governo, ao mesmo tempo, entende que é preciso moralizar empresas e órgãos públicos. Já se falou em auditorias, mas a ideia foi politicamente arquivada. O Procon, por sua vez, não teria a força de uma auditoria, mas poderia descobrir gastos desnecessários, desperdício de material, suba-

proveitamento de equipamentos e más condições de trabalho.

Pelo aspecto político, o novo alvo do Procon poderia mostrar que o Governo também está querendo corrigir o que anda errado dentro dele mesmo. Mas isso seria negativo no momento em que forem identificadas possíveis irregularidades cometidas por ex-funcionários do GDF que hoje são candidatos pela Aliança Democrática.

Tudo isso, porém, pode ser viabilizado depois de 15 de novembro. Ou pelo menos, parte desse pacote pode ser aberto após a eleição, já que depois das urnas as decisões do Palácio do Buriti não vão pesar nem contra nem a favor dos candidatos do Governo.